

## Resenhas

CRUZ, Heloísa de Faria. *Trabalhadores em serviços: dominação e resistência*. São Paulo: Marco Zero/CNPq, 1991.

*Maria do Rosário da Cunha Peixoto \**

Buscando acompanhar o processo de formação do trabalhador urbano em São Paulo entre 1880 e 1920, a autora se depara com um setor bastante diversificado, no qual convivem desde os mais qualificados contingentes de trabalhadores do período até os trabalhadores esporádicos e os biscateiros. Heterogêneo mas numericamente significativo no cenário da cidade e politicamente ativo no interior da classe operária, da qual se considerava e era considerado parte integrante, conforme atestam as inúmeras fontes proletárias e não proletárias. É só a partir de 1930 que as fontes oficiais passam a diferenciá-lo dos operários fabris. Ao investigar tal processo de exclusão como historicamente instituído pela dominação burguesa visando a construir estratégias de controle social, padrões de comportamentos e estruturas mentais e, portanto, como um processo político (e não apenas metodológico), Heloisa questiona certos procedimentos historiográficos.

Destarte, indaga sobre a incorporação acrítica dessa distinção por parte significativa das análises recentes que, contrariando todas as evidências empíricas, estenderam-na retrospectivamente aos anos anteriores a 1930. Ao fazê-lo, tais estudos tendem a utilizar a classificação dos trabalhadores em serviços como elemento teórico explicativo, por excelência, de suas práticas políticas. Sua desimportância é decretada a despeito dos incontáveis registros de participação efetiva no movimento associativo e grevista da época, assumindo suas reivindicações específicas e as mais gerais, como a jornada de oito horas (foram os primeiros a levantá-la, em 1906) e o direito de associação.

Outro ponto instigante desse trabalho: ampliar as possibilidades para se pensar sobre as formas de compreender o Estado; acompanhar a ação do poder estatal relativamente às condições de compra, venda e uso da força de

---

\* Professora do Depto. de História da FGCS-PUC/SP. Mestre em História pela PUC/SP e Doutoranda pelo Depto. de História-FFLCH/USP.

trabalho permitiu-lhe "adentrar um universo pioneiro de constituição, experimentação e afirmação das práticas burguesas de dominação sobre os trabalhadores urbanos do Brasil naquele período". Nesse contexto, a afirmação de Washington Luis de que a questão social no Brasil era uma questão policial ganha, nas páginas desse livro, um significado novo e profundo.

Ao vincular *mercado e polícia*, a autora repõe algumas relações geralmente obscurecidas pela maioria dos estudos que tendem a pensar a repressão ao movimento operário como um fenômeno totalmente distinto da repressão generalizada, cotidiana, à qual estavam sujeitas as classes pobres da cidade. Restabelecer esse vínculo foi de primordial importância para compreender a ação do Estado antes de 1930, não pela intensificação de suas carências, daquilo que não ocorreu ou que lhe faltou, mas pelas políticas que implementou.

Nessa perspectiva, a repressão policial deixa de ser "uma variável autônoma, que explica o processo mas não precisa ser explicada", e passa a uma dimensão importante da ação do aparelho estatal. Sua função: manter a ordem pública, disciplinar o espaço urbano e preservar, dentro dos limites "toleráveis", as tensões geradas pela existência (necessária mas incômoda) do exército industrial de reserva. Combinar insegurança no trabalho e disciplina é uma tarefa atribuída ao aparelho policial, cuja ação ultrapassou a repressão aberta para se constituir como *agência competente* nas tarefas de pensar, propor e implementar práticas e *elaborar conceitos*. Coube-lhe definir a vadiagem e a figura do vadio em contraposição às de mendigo e trabalhador; discutir e propor políticas destinadas a assistir, amparar, regenerar ou educar as crianças abandonadas, cujo problema considerou de responsabilidade pública, devendo, em sua avaliação, ser resolvido com disciplina e treinamento para o trabalho.

De todo esse trabalho de investigação, emerge a imagem de uma cidade viva, contraditória, conflituosa, surpreendida em seu processo de crescimento: novos contingentes populacionais, novas necessidades, ampliação de seu espaço físico, modernização e urbanização. No interior da cidade, as contradições se potencializam. De um lado, o capital, que busca na organização dos serviços urbanos um novo espaço de investimento e a criação das condições de reprodução dele e da força de trabalho, além dos meios de sua própria circulação material. Para tanto, sente a necessidade de esquadriñar, conhecer e organizar a população da cidade, definir-lhe os papéis, disciplinas e rotinas. De outro lado, setores sociais empenhados em criar formas alternativas de sociedade ou apelar para formas não-convencionais de sobrevivência.

Nesta obra, os homens, mulheres e crianças que habitaram a cidade de São Paulo não foram convertidos em sombras sem alma.